

## Luiz Gama: um intelectual radical comprometido com o combate a escravidão

Eduardo Antônio Estevam Santos <sup>1\*</sup> 

<sup>1</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Brasil.

\*Autor de correspondência: [eduardoestevame@hotmail.com](mailto:eduardoestevame@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo interpreta a posição política e intelectual de Luiz Gama frente aos movimentos em defesa do fim da escravidão. Analisa suas narrativas e escritos publicados no jornal Radical Paulistano na segunda metade do século XIX, com destaque para o seu papel diferenciado no interior do Clube Radical. Por fim, concluímos que a participação ativa de Luiz Gama no interior do movimento liberal contribuiu para dar forma as ações desse movimento social.

#### PALAVRAS-CHAVE:

Escravidão  
Luiz Gama  
Radical Paulistano

### ABSTRACT

This article interprets Luiz Gama's political and intellectual position towards movements in defense of the end of slavery. It analyzes his narratives and writings published in the Radical Paulistano newspaper in the second half of the 19th century, highlighting his differentiated role within the Radical Club. Finally, we conclude that Luiz Gama's active participation within the liberal movement contributed to shape the actions of this social movement.

#### KEYWORDS:

Luiz Gama  
Radical Paulistano  
Slavery

### RESUMEN

Este artículo interpreta la posición política e intelectual de Luiz Gama frente a los movimientos en defensa del fin de la esclavitud. Analiza sus narraciones y escritos publicados en el periódico Radical Paulistano en la segunda mitad del siglo XIX, destacando su papel diferenciado dentro del Club Radical. Finalmente, concluimos que la participación activa de Luiz Gama dentro del movimiento liberal contribuyó a moldear las acciones de este movimiento social.

#### PALABRAS-CLAVE:

Esclavitud  
Luiz Gama  
Radical Paulistano

**SUBMETIDO:** 02 de abril de 2023 | **ACEITO:** 24 de abril de 2023 | **PUBLICADO:** 30 de abril de 2023

© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome; que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulenta, do mais sábio dos monarcas, à luz divina da santa religião católica, apostólica, romana, diante do mais generoso e mais interessado dos povos; que recebiam uma carabina envolvida em uma carta de alforria, com a obrigação de se fazerem matar à fome, à sede e à bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, voltando os olhos ao território brasileiro, os que com seu trabalho, com sua jactura, com sua própria miséria constituíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontâneo, desinteressado, supremo, lhes quebrasse os grilhões do cativeiro!... (Luiz Gama. A Província de São Paulo, 1880).

O intelectual da modernidade era aquele sujeito que se dedicava a um tipo específico de trabalho (WILLIAMS, 2007, p. 237), podia ser o porta voz autorizado das posições, opiniões e valores da sociedade em sua época. A condição de intelectual no século XIX estava estritamente relacionada a instrução, espírito, erudição, ilustração, a condução dos ideais civilizatórios. Nos anúncios, comunicados e artigos dos jornais da década de 60 do oitocentos, formação intelectual fazia parte da instrução pública para o desenvolvimento da vida social. Vejamos como se apresentava a formação intelectual em São Paulo. Em um pronunciamento na Assembleia Legislativa Provincial, em sessão ordinária de 04 de fevereiro de 1864 o assembleista Castro Santos apresentou um projeto no sentido de “cooperar para o desenvolvimento das instituições intelectuais e morais que constituem verdadeiramente a base da civilização...” (Correio Paulistano, 1864), no qual, afirmava que, “um país onde a instrução não se encontra disseminada pelo povo, se confundirá com as nações bárbaras que ainda vegetam na infância da civilização” (Correio Paulistano, 1864). A intelectualidade fazia parte de um processo cultural, de uma formação de interesse público e social, de um processo civilizador.

O bacharelismo era a porta de entrada da profissionalização da política, um lugar de onde surgiu a maior parte da *intelligentzia* profissional liberal. A maioria da elite intelectualizada tinha formação superior, esses magistrados ou “aprendizes do poder” (ADORNO, 1988) dominavam o cenário político. Vejamos alguns exemplos. Teófilo Otoni, publicou a obra *Circular*, em 1860; Tavares Bastos, com *Os males do presente e as esperanças do futuro*, publicado em 1861; *Da natureza e limites do poder moderador*, de 1862, obra de Zacarias de Gois e Vasconcelos; Visconde do Uruguai publicou em 1864 o *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, no mesmo ano; Braz Florentino Henriques de Souza, *Do poder Moderador; A escravidão africana no Brasil*, de Perdígão Malheiro, editado em 1866; *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, de José de Alencar, em 1867; e em 1868, do mesmo autor, *Sistema Representativo*.

A formação intelectual de Luiz Gama foi peculiar. Escravizado desde tenra idade pelo próprio pai e vendido para um contrabandista carioca em 1840, só obtendo a liberdade aos 18 anos de idade, Luiz Gama era um sujeito “obscuro por nascimento e condição social, e de apoucada inteligência” (GAMA, 1869), como ele mesmo fez questão de descrever. Da condição de escravizado a intelectual em pleno contexto escravagista somente “uma cega fatalidade pudesse um dia arrastar-me à imprensa” (GAMA, 1869), mas as conjunturas temporais o conduziram para além do jornalismo, consagrou-se como literato, rábula, político liberal, maçom, líder abolicionista e republicano. Gama tinha plena consciência da cultura da escrita na cidade letrada<sup>1</sup> e que para lutar por direitos dos escravizados, “vítimas arrastadas ao bárbaro sacrifício do cativo” (GAMA, 1869), estaria diante de uma população ilustrada, nesta “moderna Atenas brasileira” (GAMA, 1869), diante de homens “notáveis”, juristas reconhecidos em sua “honrosa judicatura” (GAMA, 1869).

De um modo geral, a produção de Luiz Gama, trata de textos de difícil enquadramento do ponto de vista do seu padrão de intelectualidade. Suas produções estão distantes de qualquer pretensão de universalidade ou de

---

<sup>1</sup> Tomo o termo por empréstimo, o mesmo foi cunhado no ensaio *A Cidade das Letras*, do escritor uruguaio Angel Rama, no qual autor analisa a formação e estruturação social da América colonial a partir da relação entre as letras e a sociedade. RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1984, p.41-53.

sistematicidade, mas com objetivos definidos. Seus trabalhos não formam uma totalidade, não se articulam, não estão dispostos de forma linear e cronológica, mas, em suas fragmentações há coerência ideológica e uma vontade política de mudanças no status quo imperial.

Luiz Gama fundou o jornal Diabo Coxo e escreveu para vários jornais<sup>2</sup>. Foi redator de alguns periódicos de pequeno porte, colaborou também com uma grande quantidade de artigos em seções abertas de jornais diários de tendência republicana e abolicionista, como por exemplo, no Correio Paulistano, no Província de São Paulo e Gazeta do Povo. Foi poeta e publicou o livro Primeiras Trovas Burlescas de Getulino. Realizou dezenas de palestras em favor da abolição e tornou-se um ferrenho defensor da causa, ficou caracterizado como um abolicionista radical em função de sua postura discursiva. Este trabalho analisa narrativas, escritos de Luiz Gama, publicados no Radical Paulistano na segunda metade do século XIX, com destaque para a violência escrava.

### **O Radical Paulistano e as Conferências Radicais**

A imprensa era o lócus por excelência para a veiculação e circulação das ideias políticas, não era o único espaço existente, mas, por sua natureza de linguagem distinta, assumiu um papel fundamental. As conferências eram publicadas em jornais específicos, criados para divulgar, pressionar, propagar e estimular o debate político. Em São Paulo o Clube Liberal, que tinha como um dos objetivos divulgar, obviamente, os princípios liberais, criou em 1869 o jornal Radical Paulistano. Redigido por uma comissão eleita, composta por Américo de Campos, Luiz Gama, Rui Barbosa, Américo Brasiliense, dentre outros, circulou brevemente em um dos anos mais efervescente da política liberal, entre os meses de abril e novembro de 1869. Nota-se que havia um planejamento para mais uma edição, antes do seu término, pois foi eleita uma nova comissão pelo Clube para redação dos trabalhos que não foram concluídos, composta por Américo Brasiliense, Luiz Gama, Américo de Campos, Ferreira Braga, Olympio da Paixão, Santos e Silva.

---

<sup>2</sup> Para uma relação completa de todos os jornais que tiveram participação do Luiz Gama ver tese de minha autoria: SANTOS, Eduardo. A. Estevam. LUIZ GAMA, um intelectual diaspórico: intelectualidade, relações étnico-raciais e produção cultural na modernidade paulistana (1830-1882). Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, PUC-SP, 2014.

Publica-se por ora, uma vez por semana e professa doutrina liberal em toda a sua plenitude, propugnando principalmente pelas seguintes reformas: descentralização, ensino livre, polícia eletiva, abolição da guarda nacional, senado temporário e eletivo, extinção do poder moderador, separação da judicatura da polícia, sufrágio direto e generalizado, substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, presidentes da província eleitos pela mesma, suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo, magistratura independente, incompatível, e a escolha dos seus membros fora da ação do governo, proibição aos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações, os funcionários públicos, uma vez eleitos deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional (Radical Paulistano, 1869).

As conferências radicais foram resultado da queda do Gabinete liberal Zacarias e conseqüentemente da subida ao poder dos conservadores chefiados por Visconde de Itaboraí. O contexto era por demais turbulento, de instabilidade, no plano externo, a guerra contra o Paraguai (1864-1870) e no plano interno uma crise bancária e uma oposição ferrenha dos liberais. Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda (2005, p. 107) começava a crescer a onda que iria derrubar a instituição monárquica. O contexto de oposições binárias, conservadores versus liberais, mais precisamente a década de 1860, “foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos” (CARVALHO, 2015). José Murilo de Carvalho nos informa ainda que apenas uma das 26 conferências radicais, a de Rui Barbosa, realizada em São Paulo, abordou diretamente o tema da libertação dos cativos. Alguns outros mencionaram, como Silveira Mota no Rio de Janeiro e Sinfrônio Coutinho no Recife, mas os títulos de suas conferências eram respectivamente, “A degeneração do sistema representativo”, e o “Partido Radical no Brasil”. Coube a Luiz Gama proferir a primeira conferência marcada para o dia 18 de julho de 1869, tendo como tema a extinção do poder moderador. Esta pesquisa não evidenciou em todas as publicações do jornal Radical Paulistano qualquer nuance a respeito de conferências proferidas por Luiz Gama cuja temática central fosse a escravidão.



Figura 1. Jornal Radical Paulistano, 16 de julho de 1869

Embora não abordasse diretamente o tema da escravidão nesta conferência, nesse ambiente político, marcado pelo bipartidarismo, Luiz Gama posiciona-se do lado do grupo que propugna mudanças radicais, contribuindo com textos, por vezes dando ênfase ao principal tema social da época, a escravidão.

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os reis (GAMA, 1880).

Na primeira edição do Radical publicada em 12 de abril de 1869, ainda que a questão do trabalho escravo fosse um dos principais temas políticos da época, o texto não fazia qualquer tipo de menção para esta questão. O editorial era extremamente contundente quanto a necessidade de reformas no país, reconhecia o papel pioneiro da América (Estados Unidos) frente aos demais

movimentos liberais no mundo moderno e a Europa como exemplo de consolidação da democracia. Acusava o partido conservador de autoritarismo e negação de direitos ao povo. O “povo” aparece como uma configuração genérica, abarcando diferentes grupos sociais excluídos do poder e da renda. “Nestas condições só um partido verdadeiramente liberal, de ideias claras e definidas, que tenha em sua bandeira o programa de seus princípios políticos...” poderia assumir a governança do Estado, afirmava o artigo. Por fim, reconhecia que somente, “realizando no governo as grandes ideias que a nação clama em altas vozes, e que só poderão nos levar a verdadeira glória que nos aponta o futuro”. Das 26 (vinte e seis) edições publicadas, a questão da emancipação dos cativos só apareceu na quinta edição, em 17 de maio de 1869. De início começava alertando que a emancipação dos escravos não tinha uma íntima relação com o objeto principal (o poder moderador) do programa liberal, mas o tinha eleito como missão, dever e uma grande glória a reivindicação da liberdade de milhares de homens, que viviam na opressão e humilhação (Radical Paulistano, 1869). Para José Maria dos Santos em *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, obra marcante na historiografia política, a questão da abolição não figurava declaradamente nos programas dos núcleos liberais até 1867 (SANTOS, 1942, p. 21). Fica evidente que os Liberais faziam mais “política” com a escravidão do que torná-la uma questão política.

A escravatura afeta somente uma parte da população, cujos braços prestam incontestável serviço a nossa lavoura. Sua abolição, embora necessária, vai causar prejuízos a todo o Brasil. Não era mais natural que nos emancipemos primeiro, para depois nos tornarmos emancipados? Entre o elemento servil e o poder moderador, a escolha não é difícil.

O primeiro existiu quase um século na mais livre de todas as nações, os Estados Unidos. O segundo é incompatível com toda liberdade. Aderimos ao programa porque é parte do nosso; mas não podemos aceitá-lo por deficiente, apesar do grande respeito, estima e confiança que nos merecem alguns dos signatários (Radical Paulistano, 1869).

O Clube Liberal não tinha uma unicidade quanto a emancipação escrava, suas posições eram contraditórias e até mesmo paradoxais. Para Luiz Gama a questão da escravidão não era algo secundário – era absolutamente constitutivo de toda a natureza da ordem política e social, enquanto para a maioria dos liberais, a questão da propriedade escrava e a sua solução deveria ser gradativa. Gama fazia o discurso da diferença no interior da campanha liberal. Ele publicou

alguns artigos expondo os casos judiciais envolvendo os conflitos de alforria. Em 29 de julho do mesmo ano, Gama publicou um artigo no qual esclarecia porque oferecia espontaneamente seus serviços advocatícios, declarava que iria “sustentar em juízo os direitos dos desvalidos” (GAMA, 1869), toda que vez que julgasse necessário quando “sejam eles prejudicados por má inteligência das leis, ou por desacisado capricho das autoridades”. Fazia uso da imprensa para expor “com toda fidelidade as questões e solicitar para elas o sisudo e desinteressado parecer das pessoas competentes” (GAMA, 1869).

Pela primeira vez na história do trabalho escravo no Brasil aparecia um programa de libertação escrava na agenda de um movimento político partidário. A prova incontestante da retórica liberal de mudanças dentro da ordem, de reformas que se apropriasse de questões sócio-políticas (escravidão), mas sem se desprender de seus princípios de manutenção da hegemonia da elite letrada e bacharelesca. Temos como exemplo, os anúncios de escravos fugidos, esses dividiam as páginas do Radical Paulistano com o seu programa “revolucionário”.



Figura 2- Jornal Radical Paulistano, 16 de julho de 1869

São Paulo era a principal província importadora de escravos. Paula Beiguelman em A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, nos chama atenção para o fato de que nesta década de efervescência dos liberais radicais, a lavoura cafeeira do Oeste Paulista “via-se empenhada (e sem vislumbrar qualquer atividade alternativa) num processo de progressivo abastecimento de escravos.” (BEIGUELMAN, 1977).

Diante do fato da existência na cidade de São Paulo de muitos africanos



que foram importados depois da lei proibitiva do tráfico promulgada em 1831, Luiz Gama perguntava: “deverão os amigos da humanidade, os defensores da moral cruzar os braços diante de tão abomináveis delitos?” (Radical Paulistano, 1869). Gama, notabilizou-se pela acidez de suas críticas a esse sistema massacrante. Em carta ao seu amigo negro jornalista, Ferreira de Menezes em 1880, disse: “miseráveis; ignoram que mais glorioso é morrer livre numa forca, ou dilacerado pelos cães na praça pública, do que banquetear-se com os Neros na escravidão”.

Luiz Gama tinha uma profunda admiração e identidade com a cidade de São Paulo, ainda que em alguns momentos sua presença nessa região constituísse numa ameaça a ordem escravocrata, quando foi perseguido e ameaçado de morte. “Tenho consciência de haver prestado relevante serviço a esta heroica província e ao país inteiro” (Radical Paulistano, 1869). Sua fama, sua notoriedade profissional e política ultrapassou as fronteiras geográficas da cidade. “Há um africano, um só, que veio da província de Minas Gerais em procura dos meus minguados esforços” (Correio Paulistano, 1869).

Nota-se que Luiz Gama tinha um papel de destaque entre os partidários das ideias liberais, de forma que suspeitamos que o artigo (editorial) intitulado O Rei e o Partido Liberal publicado no Radical Paulistano em julho de 1869, seja de sua autoria, caso contrário, procurou expressar também seus anseios políticos de libertação do cativo. Luiz Gama fazia parte da comissão de redação do Clube Radical. A retórica dos liberais radicais era de caráter revolucionário: “Quando a estação chegar, rebentará delas a emancipação e a liberdade”. O artigo apresentava um retrospecto do partido liberal desde a independência até o presente momento do debate a respeito da extinção do poder moderador, procurando demonstrar no que se constituía o partido liberal através de suas práticas. Concluía que os Radicais se distinguiam dos Liberais, por não se renderem aos interesses convencionais, ao individualismo e a falta de princípios. Acreditavam que as esperanças da pátria residiam na utopia (até então) dos liberais radicais:

Que magnífica surpresa não foi para nós o encontrar admitidas e defendidas calorosamente pelo exímio estadista em seu panfleto todos os grandes artigos do nosso programa: a abolição do poder moderador, a temporalidade do senado, a emancipação do elemento servil, a eletividade dos presidentes! (Radical Paulistano, 1869).

Numa análise semântica e histórica do termo Liberalismo, Alfredo Bosi (1992, pp. 194-245), num artigo seminal, A escravidão entre dois liberalismos, apresenta quatro significados do termo para o século XIX imperial: 1) ser Liberal poderia significar, “conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender, comprar”; 2) poderia significar também aquele “conservador da liberdade alcançada em 1882, de representar-se politicamente”, “de ter o direito de eleger e de ser eleito”; 3) ou ainda aquele que conservava a liberdade de propriedade escrava mediante coação jurídica, enquanto uma tradição recebida de um instituto colonial; 4) liberal poderia significar dar condições de aquisição de novas terras em regime de livre concorrência, alterando assim o estatuto fundiário da Colônia no espírito capitalista da Lei de terras de 1850.

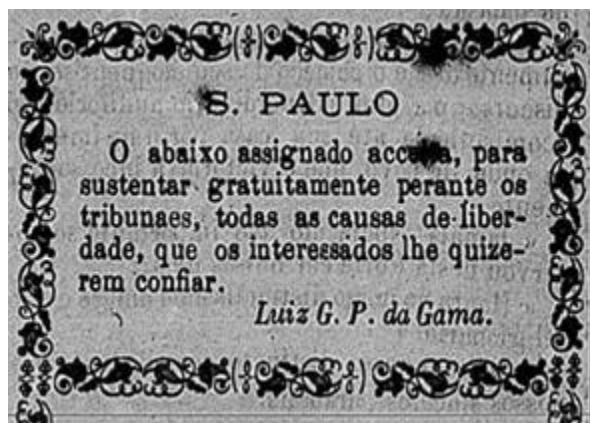


Figura 3: Jornal Radical Paulistano, São Paulo, 19 de abril de 1869.

No afã de avançar na defesa do ideário liberal, leia-se na disseminação das ideias republicanas, o Clube Radical Paulistano o nomeia para proferir a primeira conferência radical, “orando o senhor Luiz Gonzaga Pinto da Gama sobre a extinção do poder moderador”. Também, não devemos nos esquecer que uma das principais pautas políticas de Gama foi à denúncia de escravização de africanos que adentraram em portos brasileiros após a proibição do tráfico internacional.

As vozes dos abolicionistas tem posto em relevo um fato altamente criminoso e assaz defendido, há muitos anos, pelas nossas indignas autoridades. É o fato que a maior parte dos escravos africanos existentes no Brasil foram importados depois da lei proibitiva do tráfico promulgada em 1831. Começam, amendrontados pela opinião, os possuidores de africanos a vendê-los para lugares distantes dos de sua residência. (Radical Paulistano, 1869)

Fique-se, pois, sabendo, uma vez por todas, que o meu grande interesse, interesse inabalável que mantereí sempre, a despeito das mais fortes contrariedades, é a sustentação plena, gratuitamente feita, dos direitos dos desvalidos que correrem ao meu tênuo valimento intelectual (Radical Paulistano, 1869).

Luiz Gama foi um dos exemplos de intelectualidade cuja formação procedeu fora dos quadros acadêmicos, foi um dos poucos da elite intelectualizada que não possuía estudos acadêmicos. O elitismo da formação superior não era apenas um dado social, a opressão racial, fazia dos bacharéis uma ilha de letrados brancos. Quando os negros conseguiam adentrar os espaços acadêmicos tinham que conviver com os preconceitos de cor nesses espaços (CRUZ, 2009).

No afã de avançar na defesa do ideário liberal, leia-se na disseminação das ideias republicanas, o Clube Radical Paulistano nomeou Luiz Gama para proferir a primeira "conferência radical", como já afirmamos. Sua trajetória intelectual, sua luta social e o seu desempenho no cenário político os credenciaram para representar os liberais radicais, ainda que a maioria dos seus membros não concordassem com a integridade do seu pensamento.

## Fontes

A Província de São Paulo, 18 de dezembro de 1880. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital do Brasil, consulta em 20 de junho de 2022.

Correio Paulistano, 16 de fevereiro de 1864. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital do Brasil, consulta em 20 de agosto de 2022

Questão de liberdade". Luiz Gama. Correio Paulistano, sábado 13 de março de 1869. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br)>. Acesso em: 10 de outubro de 2022

Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça, publicada no jornal Gazeta da Tarde em 15 de dezembro de 1880. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital do Brasil, consulta em 20 de junho de 2022

As reformas do centro liberal. Radical Paulistano. São Paulo, 17 de maio de 1869. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital do Brasil, consulta em 20 de junho de 2022.

GAMA, Luiz. Foro da Capital, Radical Paulistano, 29 de julho de 1869. Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital do Brasil, consulta em 20 de agosto

de 2022.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder – o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. Onda Negra, Medo Branco – o negro no imaginário das elites no séc. XIX. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

AZEVEDO, Elciene. Orfeu de Carapinha – A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos.

São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (coordenador). A construção nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2012.

CARVALHO, José Murilo. Liberalismo, radicalismo e republicanismismo nos anos sessenta do século dezanove. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford, CBS 87-07. [http://www.brasil.ox.ac.uk/\\_data/assets/pdf\\_file/0003/9327/wp87-murilo.pdf](http://www.brasil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0003/9327/wp87-murilo.pdf). acessada em 07/07/202.

CRUZ, Ricardo Alexandre. Negros e Educação: as trajetórias e as estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Lígia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Reinan. Revista de estudos Avançados (USP) nº 60, disponível on-line: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010>.

FERREIRA, Lígia Fonseca. Com a palavra Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Reações e Transações. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Tese (doutorado), 2004.

SANTOS, José Maria dos. Os republicanos paulistas e a abolição. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave – um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.